

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

18/08

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2011, a entrega de fertilizantes no Brasil teve crescimento de 15,5%, alcançando 28,3 milhões de toneladas, motivado pelo aumento da tecnologia aplicada e na demanda.

A produção nacional apresentou crescimento de 51,5% em sua receita líquida motivada pelo aumento da quantidade vendida (15,5%), consumindo os estoques de produtos acabados de 2010 e elevação dos preços unitários. O resultado operacional foi negativo em R\$ 3,2 milhões, em decorrência das despesas com ociosidade em razão da redução na produção por escassez de ácido sulfúrico, e aumento nos custos dos produtos vendidos.

PERSPECTIVAS PARA 2012

Embora o PIB brasileiro tenha apresentado crescimento de 2,7% em 2011, o segmento de agronegócio cresceu 5,7%. Para os próximos anos, espera-se que o crescimento do PIB brasileiro fique acima de 3% e que o setor agrícola apresente crescimento acima do PIB, aumentando a área plantada e a produtividade.

O agronegócio brasileiro está vinculado ao comportamento da economia mundial, cuja expectativa é de baixo crescimento, mantendo os preços das commodities agrícolas estáveis durante o ano de 2012.

A crise mundial continua a afetar o mercado europeu, porém a China é tida como um grande mercado consumidor de alimentos, assim como Brasil e outros países emergentes, influenciados pelo crescimento econômico com consequente expansão da renda, buscando novo patamar de consumo.

A Administração
A EMPRESA

A Cibrafértil é uma subsidiária da Paranapanema S.A., cuja participação acionária é de 99,84% do seu capital social. A Companhia faz parte do segmento de fertilizantes, produzindo superfosfatos simples e fertilizantes complexos como o NPK.

A Cibrafértil adquire da Paranapanema - Unidade de Dias D'Ávila - BA, o ácido sulfúrico, uma das principais matérias-primas, subproduto gerado no processo metalúrgico na fundição do cobre e transportado para a empresa por meio de acidôduto com extensão de 5 km dentro do Pólo Industrial de Camaçari - BA, onde estão localizadas ambas as Companhias. A segunda matéria-prima mais importante para o setor de fertilizantes é a rocha fosfática importada, ficando sujeita a volatilidade do câmbio e de preço.

DESTAQUES 12M11 VS.12M10

- Receita líquida cresceu 51,5% nos 12M11, atingindo R\$ 99,2 milhões em relação aos R\$ 65,5 milhões nos 12M10;
- O volume de vendas foi de 209,2 mil t em 12M11 com recuperação de 15,5% no preço médio dos produtos, com vendas 100% voltadas para o mercado interno;
- O crescimento na receita, proporcional ao custo dos produtos vendidos, contribuiu para a reversão do prejuízo bruto de R\$ 3,2 milhões de 2010;
- Recuperação da geração operacional de caixa (EBITDA) nos 12M11, alcançando R\$ 3,2 milhões sobre o resultado negativo nos 12M10;

Santo André (SP), março de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais, exceto valor patrimonial por ação)

ATIVO	Notas	2011	2010
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	85	1.917
Aplicações financeiras	4	1.991	-
Contas a receber de clientes	5	2.056	2.017
Estoques	6	19.176	14.855
Impostos e contribuições a recuperar	7	11.330	9.250
Outros ativos circulantes		123	117
Total do ativo circulante		34.761	28.156
Ativo não-circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	7	135	455
Depósitos de demandas judiciais		684	571
Ativo imobilizado	9	40.571	43.463
Ativo intangível		22	76
Total do ativo não circulante		41.412	44.565
Total do ativo		76.173	72.721

PASSIVO	Notas	2011	2010
Passivo circulante			
Fornecedores nacionais	10	2.303	804
Fornecedores estrangeiros	10	8.194	7.216
Empréstimos e financiamentos	11	33.264	17.817
Salários e encargos sociais		752	677
Impostos e contribuições a recolher		85	113
Partes relacionadas	8	12.153	19.595
Outros passivos circulantes	12	4.700	3.707
Total do passivo circulante		61.451	49.929
Passivo não circulante			
Fornecedores estrangeiros	10	2.753	1.179
Provisão para demandas judiciais	13	2.056	1.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	2.631	4.902
Total do passivo não circulante		7.440	7.847
Total do passivo		68.891	57.776
Patrimônio líquido	14		
Capital social		87.662	87.662
Reserva de capital		3.057	3.057
Ajuste de avaliação patrimonial		13.618	14.310
Prejuízos acumulados		(97.055)	(90.084)
Total do patrimônio líquido		7.282	14.945
Total do passivo e do patrimônio líquido		76.173	72.721
Valor patrimonial por ação - em reais (R\$)		2.980,76	6.117,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2009	27.662	3.057	(77.045)	14.906	(31.420)
Aumento de capital	60.000	-	-	-	60.000
Transações de capital com os sócios	60.000	-	-	-	60.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	904	(904)	-
Imposto s/realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(308)	308	-
Outros resultados abrangentes	-	-	596	(596)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(13.635)	-	(13.635)
Em 31 de dezembro de 2010	87.662	3.057	(90.084)	14.310	14.945
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.049	(1.049)	-
Imposto s/realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(357)	357	-
Outros resultados abrangentes	-	-	692	(692)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(7.663)	-	(7.663)
Em 31 de dezembro de 2011	87.662	3.057	(97.055)	13.618	7.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída como uma sociedade anônima de capital fechado, a Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes está localizada no complexo petroquímico de Camaçari - COPEC, estado da Bahia e tem por objeto social a exploração de rocha fosfática, a produção, comercialização (incluindo importação e exportação) de insumos, produtos químicos e fertilizantes e o desenvolvimento de atividades de mineração em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

Em 23 de junho de 2010, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração da sua controladora Paranapanema S.A., foi aprovado a capitalização da Companhia no montante de R\$ 60.000, conforme descrito na nota explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 26.690 (R\$ 21.773 em 2010), possui prejuízos acumulados de R\$ 97.055 (R\$ 90.084 em 2010), e apurou prejuízo de R\$ 7.663. O acionista controlador Paranapanema S.A. vem aportando os recursos necessários, bem como obtendo financiamentos para a continuidade dos negócios.

A Administração da Companhia entende que a liberação dos saldos dos financiamentos e o aporte de recursos por parte dos acionistas controladores permitirão o pagamento dos passivos de curto prazo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2012, que autorizou sua divulgação. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Visando a melhoria da apresentação das demonstrações financeiras e em consonância com o disposto no parágrafo 74 do CPC 32 a Companhia reclassificou o montante de R\$ 3.010, classificado no ativo não circulante na rubrica de imposto de renda diferido, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, para o grupo de passivo não circulante, como redutor do saldo constante na rubrica de imposto de renda diferido. Considerando que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Reconhecimento de receitas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Recita com venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos ao comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Recita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

c) Transações denominadas em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, o Real, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da atualização dos saldos ativos e passivos resultantes da diferença entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e no encerramento dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas no patrimônio líquido.

d) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente relacionados ao resultado do período.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, operações de mútuo e empréstimos.

d.1) Valor de mercado: O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Para instrumentos financeiros que não existem mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

e) Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços de aplicação original e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota explicativa nº 04.

f) Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes a composição da contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na nota explicativa nº 05.

g) Estoques: Os estoques são valorizados pelo custo médio de aquisição ou de produção, deduzidos por provisão para ajuste ao custo de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

h) Imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, custo de empréstimos, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, conforme facilidade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, ocorrida em 01 de janeiro de 2009, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado para todos os itens relevantes das classes de Terrenos e Edificações e Máquinas e Equipamentos, optando por manter as demais classes de ativos que compõem os saldos registrados com base em seu custo histórico de aquisição.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo técnico de avaliação efetuado por peritos independentes de empresa especializada, elaborados de acordo com as diretrizes segundo a norma NBR 14.653 e demais normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas e do INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, em conformidade com os requerimentos do CPC 27, ICPC 10 e IAS 16. Sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, gerando um aditivo, em 01 de janeiro de 2009, de R\$ 17.017 ao custo de R\$ 26.846. Sobre o saldo constituído-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos. A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados conforme determinado pela norma contábil e fiscal. As premissas e os fundamentos que foram utilizados para proceder à avaliação e à estimativa das vidas úteis e determinação do valor residual foram:

- Inspeção física para verificação da existência, estado de conservação, manutenção preventiva e corretiva e características técnicas dos bens avaliados.
- Determinação da vida útil de cada grupo de bens através das análises de dois parâmetros principais: a vida útil teórica e a vida útil baseada em investimentos econômicos despendidos através do tempo.
- Determinação das taxas de depreciação e dos valores individuais da vida útil remanescente para cada bem do ativo.
- Análise e comparação das amostras escolhidas e das tabelas técnicas existentes, determinar a vida útil para cada grupo de bens, para a fixação dos percentuais relativos à depreciação e os valores de vida útil remanescente.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado.

Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 09.

h) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em benefício da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Tributação: Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos das despesas financeiras estão apresentados deduzindo as próprias linhas na demonstração do resultado.

O imposto de renda corrente e diferido é calculado e registrado com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

k) Subvenções e assistências governamentais: As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

- Incentivo SUDENE - Lucro da exploração.

- Resultado líquido negativo em 2011 de R\$ 7,7 milhões, gerado principalmente pela elevação dos custos de matéria-prima e despesas com capacidade ociosa;

- Os investimentos nos 12M11 foram voltados para melhorias do processo produtivo e manutenção das instalações, totalizando R\$ 5,1 milhões contra R\$ 6,1 milhões nos 12M10.

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA E DO VOLUME POR MERCADO

Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes	2011	2011	Var. 2011/2010
Receita Líquida (R\$ mil)	65.504	99.243	51,5%
Mercado Interno	65.504	99.243	51,5%
Mercado Externo	-	-	-
Volume de Vendas (ton.)	181.196	209.266	15,5%
Mercado Interno	181.196	209.266	15,5%
Mercado Externo	-	-	-

Santo André (SP), março de 2012.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação expresso em reais)

	Notas	2011	2010
Receita líquida de vendas		99.243	65.504
Custo dos produtos vendidos		(92.302)	(68.714)
Lucro (prejuízo) bruto		6.941	(3.210)
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais		(1.213)	(825)
Gerais e administrativas		(1.488)	(910)
Honorários da administração	8	(487)	(693)
Participação dos empregados		(259)	(568)
Outras despesas operacionais	15	(7.769)	(5.212)
Outras receitas operacionais	15	1.107	694
		(10.109)	(7.514)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(3.168)	(10.724)
Despesas financeiras	17	(10.991)	(5.268)
Receitas financeiras	17	4.225	1.576
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(9.934)	(14.416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	2.271	781
		2.271	781
Prejuízo do exercício		(7.663)	(13.635)
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária		(3.136,72)	(5.581,25)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e Contribuição Social	(9.934)	(14.416)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) com recursos provenientes de (aplicados nas) atividades operacionais		
Valor residual de ativo permanente baixado	164	-
Depreciação, amortização e exaustão	6.343	3.702
Reversão de provisão para perdas de itens de longo prazo	313	453
Encargos financeiros de longo prazo	(9)	924
	(3.123)	(9.337)
(Aumento) redução de ativos		
Aplicações financeiras	(1.991)	-
Contas a receber de clientes	(39)	(157)
Estoques	(4.321)	(1.808)
Impostos e contribuições a recuperar	(1.760)	(2.007)
Depósitos para demandas judiciais	(105)	(215)
Outros ativos circulantes	(6)	(1)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	2.477	7.736
Partes relacionadas	(7.442)	(22.234)
Impostos e contribuições a recolher	(28)	40
Constituição (reversão) para demandas judiciais	(23)	(134)
Salários e encargos sociais	75	118



CIBRAFÉRTIL

Companhia Brasileira de Fertilizantes

CNPJ nº 00.117.842/0001-28 - NIRE 35.300.316.342

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2011	2010
Clientes no país:		
Terceiros	5.489	5.452
Ajuste a valor presente	(4)	(6)
Provisão para perda por redução do valor recuperável	(3.429)	(3.429)
	2.056	2.017

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos de duplicatas vencidas, sendo o risco exposto ao saldo, advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A Administração da Companhia avaliou a provisão estipulada em 2010 como suficiente para cobrir eventuais perdas no contas a receber. Não houve movimentações no saldo das provisões no exercício de 2011.

A composição das perdas no contas a receber de vencimento, líquida de provisão para perda por redução ao valor recuperável, é descrita como segue:

	2011	2010
A vencer de 61 a 90 dias	-	25
A vencer de 31 a 60 dias	92	221
A vencer até 30 dias	569	681
Vencidas até 30 dias	324	49
Vencidas há mais de 120 dias	1.075	1.047
	2.060	2.023
Ajuste a valor presente	(4)	(6)
	2.056	2.017

6. ESTOQUES

	2011	2010
Produtos acabados	11.501	4.088
Matérias-primas	5.273	5.607
Importações em andamento	-	2.756
Materiais de manutenção e outros	1.576	2.295
Materiais para revenda	826	109
	19.176	14.855

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2011	2010
	Ativo circulante	Ativo não circulante
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	259	138
Imposto de renda e contribuição social antecipados	197	-
Programa de integração social-PIS	1.542	1.066

9. IMOBILIZADO

a) Movimentação sumária do imobilizado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Peças sobressalentes e outros	Total
Custo ou avaliação:								
Em 01 de janeiro de 2010	2.473	21.880	26.972	21	674	8.242	(1.522)	58.740
Adições	-	83	-	-	-	(1.506)	-	(1.423)
Transferências	-	63	1.631	-	-	(3.379)	1.685	-
Em 31 de dezembro de 2010	2.473	22.026	28.603	21	674	3.357	163	57.317
Adições	-	-	-	-	-	3.583	(32)	3.551
Alienações	-	-	(217)	-	-	-	-	(217)
Transferências	-	1.037	5.669	-	30	(6.736)	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	2.473	23.063	34.055	21	704	204	131	60.651
Depreciação e perda por desvalorização:								
Taxas anuais médias de depreciação (%)	0,0%	2,7%	4,0%	25,0%	20,0%	-	-	-
Em 01 de janeiro de 2010	-	(2.264)	(8.420)	(21)	(363)	-	855	(10.213)
Despesa de depreciação no período	-	(586)	(2.169)	-	(31)	-	(855)	(3.641)
Em 31 de dezembro de 2010	-	(2.850)	(10.589)	(21)	(394)	-	-	(13.854)
Despesa de depreciação no período	-	(686)	(5.565)	-	(28)	-	-	(6.279)
Alienações	-	-	53	-	-	-	-	53
Em 31 de dezembro de 2011	-	(3.536)	(16.101)	(21)	(422)	-	-	(20.080)
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2011	2.473	19.527	17.954	-	282	204	131	40.571
Em 31 de dezembro de 2010	2.473	19.176	18.014	-	280	3.357	163	43.463

b) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2011 não existem indicadores de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

10. FORNECEDORES

	2011	2010
Nacionais		
Fornecedores - Mercadorias	1.371	278
Fornecedores - Serviços	752	342
Outros	180	184
	2.303	804
Exterior		
Fornecedores - Mercadorias	10.426	8.499
Fornecedores - Variação cambial	521	(104)
	10.947	8.395
	13.250	9.199
Passivo circulante	10.497	8.020
Passivo não-circulante	2.753	1.179

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos estão garantidos por avais do acionista controlador e empresa ligada.

	Passivo circulante	2011	2010
Em moeda nacional			
Capital de giro	-	-	4.792
Em moeda estrangeira			
Financiamento de importação	33.264	13.025	17.817
	33.264	13.025	17.817

Os empréstimos em moeda estrangeira foram contratos em dólar norte-americano com vencimento para o ano de 2012, com taxa de juros média anual de 3,8% a.a.

12. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	2011	2010
Provisão participação administradores	-	422
Adiantamento de clientes	3.469	1.818
Faturas para entregas futuras	245	1.088
Serviços prestados por terceiros	938	275
Outros débitos	48	104
	4.700	3.707

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

13.1) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, impetrados contra a Companhia e suportados por opinião de nossos consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente pela Administração, como segue:

	2011	2010
Previdenciárias e Trabalhistas	1.812	1.753
Cíveis	244	13
	2.056	1.766

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.753	13	1.766
Provisão	82	231	313
Baixas	(23)	-	(23)
Em 31 de dezembro de 2011	1.812	244	2.056

13.2) Riscos não provisionados

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram constituídas provisões para demandas judiciais. Os principais processos cujo risco é avaliado como **possível** estão sumarizados a seguir, exceto o item "a", cuja divulgação foi efetuada de forma separada, devido à relevância do mesmo:

	2011	2010
Trabalhistas	1.896	1.882
Tributárias	537	899
Cíveis	40.957	91.086
Outras	1.686	278
	45.076	94.145

a) Ação indenizatória BAFERTIL

Trata-se de ação indenizatória nº 342994-6/2004, CNJ nº 000090-17.2001.805.0039, proposta pela BAFERTIL contra a CIBRAFÉRTIL e a CARAÍBA METAIS (incorporada em 13 de novembro de 2009 pela Paranapanema S.A), em maio de 2001. A autora pede a condenação das rés no pagamento de indenização, por supostos danos materiais e morais, decorrentes da recusa da CIBRAFÉRTIL em fornecer matéria-prima (superfosfato) à autora. Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 27.953, hoje equivalente a R\$ 64.715 (R\$ 62.790 em 2010).

Em 25 de setembro de 2001 foi apresentada contestação, alegando preliminar de ilegitimidade passiva da Carabiba, que foi acolhida pelo Juízo em 09/12/02, por ocasião da audiência de conciliação. Contra a decisão que excluiu a CARAÍBA da lide, a BAFERTIL interps agravo de instrumento, no qual foi deferido efeito suspensivo, e posteriormente foi provido. Em razão desta decisão, a Carabiba interps recursos especial e extraordinário, cujo seguimento foi negado, razão pela qual foi interposto agravo contra o despacho denegatório do recurso especial. Este agravo foi provido pelo relator, que determinou a subida do recurso especial, este autuado como RESP 1137049, e que se encontra concluso.

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS

	2011	2010
	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS	6.627	5.393
Imposto de renda e contribuição social a ser restituído	2.176	1.879
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar	194	135
	11.330	9.250

8. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	Passivo circulante	Compras de mercadorias e serviços
Paranapanema S.A.	12.153	16.799
Total em 31 de dezembro de 2011	12.153	16.799
Total em 31 de dezembro de 2010	19.595	10.091

As transações mantidas entre partes relacionadas referem-se a compras de ácido sulfúrico utilizados no processo industrial da Companhia, observadas as condições comutativas de mercado.

O conceito de "partes relacionadas" foi estabelecido pelo CPC 05. De acordo com a referida norma, entende-se por partes relacionadas à parte que está relacionada com a entidade: (a) direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade; (b) se for coligada da entidade; (c) se for *joint venture* (empreendimento conjunto) em que a entidade seja um investidor; (d) se for membro do pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora; (e) se for membro próximo da família ou de qualquer pessoa referido nas alíneas (a) ou (d); (f) se for entidade controlada, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, direta ou indiretamente, qualquer pessoa referida nas alíneas (d) ou (e); ou (g) se for plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja parte relacionada dessa Companhia.

b) Remuneração dos administradores

A Companhia considerou como "Pessoal chave da Administração", conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008.

Honorários da administração

	2011	2010
Remuneração dos conselheiros e estatutários	381	350
Participação de resultados	-	248
Encargos sociais de diretores e conselheiros	89	82
Previdência privada, assist. médica e seguro de vida	17	13
	487	693

	2011	2010
Remuneração dos conselheiros e estatutários	381	350
Participação de resultados	-	248
Encargos sociais de diretores e conselheiros	89	82
Previdência privada, assist. médica e seguro de vida	17	13
	487	693

Em primeiro grau, foi realizada a perícia contábil, cujo resultado foi favorável à CIBRAFÉRTIL, pois concluiu que não havia nexo de causalidade entre os prejuízos alegados pela autora e a conduta da rés, ao recusar-se a lhe vender mercadoria. A BAFERTIL pediu ao Juízo que declarasse a nulidade dessa perícia, por cerceamento de defesa, o que foi indeferido. Os autos se encontram conclusos para sentença desde 28 de outubro de 2006.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado por 2.443 ações ordinárias sem valor nominal. A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente da decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 2.000 ações, podendo tais ações serem ordinárias ou preferenciais. Em 23 de junho de 2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia para R\$ 87.662, com a capitalização de R\$ 60.000, mediante a emissão de 2.000 novas ações ordinárias ao preço de R\$ 30 por ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista controladora Paranapanema S.A. mediante capitalização de créditos de "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC" no montante de R\$ 21.830 e R\$ 38.770 em dinheiro.

b) Direito das ações

Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

15. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2011	2010
Reversal de outras provisões p/perdas	-	694
Recuperações diversas	1.107	-
	1.107	694
Ociosidade	(6.697)	(4.403)
Custo ativo permanente baixado	(130)	(204)
Provisão para demandas judiciais	(313)	(440)
Outras despesas operacionais	(629)	(165)
	(7.769)	(5.212)
	(6.662)	(4.518)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda diferido têm a seguinte origem:

	2011	2010
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.704)	(7.061)
Créditos sobre diferenças temporárias:	4.073	2.159
	(2.631)	(4.902)

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui registrado na rubrica "Imposto de renda diferido", valores apurados sobre diferenças temporárias e sobre reserva de reavaliação dos ativos fixos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia possui registrado valores apurados sobre as variações cambiais ativas não liquidadas, tributadas pelo Imposto de Renda, pelo regime de caixa.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva. Os tributos diferidos gerados por estas diferenças temporárias da Companhia são assim demonstrados:

	2011	2010
Decorrentes de diferenças temporárias	2.011	2.010
Variações cambiais líquidas	1.149	(558)
Provisões para perdas	1.790	1.790
Provisão para demandas judiciais	699	600
Provisões diversas	384	103
Participação de administradores e outros	51	224
	4.073	2.159

A Companhia possui registrado valores apurados sobre as variações cambiais não liquidadas, tributadas pelo Imposto de Renda, pelo regime de caixa.

A Companhia possui benefício de redução de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, decorrente da produção de até 320.000 toneladas/ano de fabricação de adubos e fertilizantes, até o período-base de 2013. Esse incentivo está condicionado à constituição de reserva de incentivo fiscal (reserva de lucros) pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. A reserva de incentivos fiscais constituída somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

16.2. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada na demonstração do resultado está demonstrada abaixo:

	2011	2010
Prejuízo antes do imposto de renda	(9.934)	(14.416)
Allquota fiscal nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda sobre lucro	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias IR e CS diferido sobre reserva de reavaliação	-	-
Despesa de imposto de renda corrente e diferido	-	-
Imposto de renda diferido	1.435	469
Contribuição social diferida	479	169
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	268	105
Reavaliação	89	38
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.271	781
Taxa efetiva total	0,00%	0,00%

17. RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2011	2010
Despesa de juros	(3.066)	(4.483)
Variação cambial passiva	(7.696)	-
Despesas bancárias/IOF	(210)	(766)
Ajuste a valor presente	-	4
Outras despesas financeiras	(19)	(23)
Total das despesas financeiras	(10.991)	(5.263)
Receita de juros		